

base da orientação adotada, a partir de 1956, quando o Governo formulou um Plano de Metas destinado, segundo a propaganda, a fazer o país avançar cinquenta anos em apenas cinco.<sup>86</sup>

A idéia de planejamento, que encontrara sérias resistências na área oficial da economia, aquela em que os interesses externos recrutavam seus melhores servidores, começava, agora, a caracterizar a política econômica. A iniciativa do planejamento econômico pertencera aos dirigentes burgueses mais esclarecidos, que viam nessa forma a saída para a proteção que esperavam do Estado.<sup>86</sup> Mas, ainda aí, os interesses externos os lesaram, pois fizeram do planejamento, a partir de 1956, um de seus instrumentos mais usados e eficazes. Nesse ano, realmente, era criado o Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, ao qual caberia, entre outras tarefas, a de “elaborar planos e programas visando aumentar a eficiência das atividades governamentais e a fomentar a iniciativa privada”. E ainda o ano de 1956 viu nascer o chamado Plano de Metas, em que o Estado brasileiro opta pela submissão aos interesses externos, deliberada e planejadamente. Já a 31 de dezembro de 1957, o chefe do Executivo podia explicar, com sinceridade: “Sintoma expressivo da confiança que a economia brasileira vem despertando no mercado internacional de capitais é o aumento sem precedentes de investimentos e financiamentos realizados no Brasil, nos últimos dois anos. Os registros feitos na SUMOC revelam que, de 110 milhões de dólares, em 1955, passamos a receber 206 milhões, em 1956, e 330 milhões de dólares, de janeiro a novembro de 1957, totalizando mais de 500 milhões de dólares nestes dois anos”.<sup>87</sup>

O chamado Plano de Metas não passava, na realidade, “do amontoado de alguns planos setoriais, sem coordenação entre si, e muitas vezes limitou-se a fixar ‘metas’ que representavam ape-

sucessivas alterações no valor do cruzeiro, por imposição de uma política ditada do exterior, transferiram às classes trabalhadoras e aos consumidores em geral os pesadíssimos ônus da política de entrega dos recursos nacionais e do mercado interno ao imperialismo”. (Nelson Werneck Sodré: *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964, p. 346).

<sup>86</sup> “A indústria automobilística entrou no Brasil através da Instrução 113, de minha autoria, quando Ministro da Fazenda. Tudo quanto o Governo Kubitschek pode reclamar é a glória de não a ter revogado; antes pelo contrário”. (Eugênio Gudin: “A grande palhaçada” in *O Globo*, Rio, 3 de novembro de 1960).

<sup>87</sup> Breve história do planejamento na economia brasileira está no trabalho de Helga Hoffmann: *Como Planejar Nosso Desenvolvimento?*, Rio, 1963, p. 101/111. Nesse histórico, está inserida a polêmica entre Roberto Simonsen, dirigente industrial paulista, e Eugênio Gudin, empregado de empresas estrangeiras no Brasil e Ministro da Fazenda no Governo Café Filho. Simonsen definiu sua posição, quanto à necessidade do planejamento, em seu livro: *O Planejamento da Economia Brasileira*, São Paulo, 1945.

<sup>88</sup> *Jornal do Brasil*, Rio, 1º de janeiro de 1958.